

# **LETRAMENTO CIENTÍFICO E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA APOIO AO DIAGNÓSTICO PRECOCE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

NATIELI MENEZES TREVISAN (AUTORA)<sup>1</sup>;  
RITA DE CASSIA MOREM COSSIO RODRIGUEZ (ORIENTADORA)<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [professoranatielimunicipalsdl@gmail.com](mailto:professoranatielimunicipalsdl@gmail.com)*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [rita.cassia@ufpel.edu.br](mailto:rita.cassia@ufpel.edu.br)*

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente projeto de pesquisa propõe-se a investigar e promover a formação docente na Educação Infantil a partir da perspectiva do letramento científico, com foco na inclusão e no apoio à identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A proposta parte da constatação de que muitos professores da Educação Infantil não se sentem preparados para identificar sinais precoces do neurodesenvolvimento atípico e de que o conhecimento científico pode instrumentalizar esses profissionais para práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas. Autores como BARDIN (2011), DAMÁSIO (2010), FREIRE (1996), GRANDIN (2014), LURIA (1981), MANTOAN (2006), RIZZATTI (2020), SASSERON; CARVALHO (2008) e VYGOTSKY (2007) estão diretamente ligados para a construção desta pesquisa por suas relevantes considerações e reflexões acerca da temática sobre educação e inclusão, além também de mencionar que as documentos orientadores e legislações vigentes dão um suporte para o andamento dos estudos, como por exemplo a Base Nacional Comum Curricular, a conhecida BNCC (2017), que é um documento que define os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes da Educação Básica no Brasil, articulada com outras legislações importantes, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB: Lei nº 9.394 de 1996 e a Lei nº 12.764 de 2012, conhecida como a Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil.

A pesquisa está diretamente conectada à reestruturação do Anteprojeto de Lei nº 25/2018, de minha autoria, que na época, em novembro de 2018, foi oficialmente apresentado à Câmara de Vereadores de Sant'Ana do Livramento/RS pelo então vereador Aquiles Pires, tendo sido por ele assinado para tramitação legislativa.

Esse anteprojeto visava à criação de equipes multiprofissionais itinerantes nas escolas municipais de Educação Infantil, com foco na detecção do diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Embora tenha sido aprovado, o projeto nunca foi efetivado em âmbito municipal. No entanto, agora, por meio da minha problematização de pesquisa, o anteprojeto está sendo reorganizado e reestruturado no contexto do Mestrado

Profissional em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pelotas, com base em fundamentos teóricos, metodológicos e legais atualizados.

A proposta será reapresentada diretamente por mim à Câmara de Vereadores do município de Sant'Ana do Livramento, fortalecida por uma abordagem teórico-científica e educacional que articula letramento científico, práticas pedagógicas colaborativas inclusivas e políticas públicas intersetoriais, promovendo um diálogo concreto e significativo entre formação docente, neurodesenvolvimento infantil e inclusão.

## **2. METODOLOGIA**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter aplicado e natureza interventiva, com foco na formação docente voltada ao letramento científico e à identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. O estudo será desenvolvido no contexto do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pelotas, articulando fundamentos teóricos, metodológicos e legais. E a investigação será realizada em escolas municipais de Educação Infantil de Sant'Ana do Livramento/RS e seguirá as seguintes etapas:

- 1- Revisão teórico-documental: levantamento e análise de literatura científica e documentos legais (como a BNCC, a LDB e a Lei nº 12.764/2012), com o objetivo de embasar a articulação entre letramento científico, inclusão educacional e políticas públicas.
- 2- Diagnóstico situacional: aplicação de questionários e/ou entrevistas com professores das escolas municipais de Educação Infantil, visando identificar percepções, desafios e necessidades relacionadas à identificação de sinais precoces do TEA e à formação docente nesse contexto.
- 3- Intervenção formativa e reestruturação do anteprojeto de lei: com base nos dados coletados e nos referenciais teóricos, será desenvolvida uma proposta formativa voltada ao letramento científico inclusivo para os professores participantes. Paralelamente, será realizada a reestruturação do Anteprojeto de Lei nº 25/2018, incorporando os resultados da pesquisa e os fundamentos atualizados, para reapresentação na Câmara de Vereadores de Sant'Ana do Livramento.

A análise dos dados será conduzida por meio da análise de conteúdo, conforme os procedimentos descritos por Bardin (2011), permitindo a identificação de categorias significativas que contribuam para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e para o aprimoramento da política pública proposta.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Até o presente momento, a pesquisa encontra-se em fase inicial, com ênfase na revisão bibliográfica e na análise de documentos legais que fundamentam a proposta. Já foram selecionados e estudados autores e referenciais teóricos essenciais para a construção do embasamento conceitual, como Bardin (2011), Vygotsky (2007), Freire (1996), Mantoan (2006), Grandin (2014) e outros que abordam temas como inclusão, neurodesenvolvimento, letramento científico e formação docente. Além disso, foi iniciado o mapeamento das escolas municipais de Educação Infantil do município de Sant'Ana do Livramento/RS, com o

levantamento preliminar de dados institucionais e o primeiro contato com a Secretaria Municipal de Educação para apresentação da proposta e alinhamento institucional da pesquisa.

Também está em andamento a sistematização de instrumentos de coleta de dados (questionários e roteiros de entrevistas), que serão utilizados na próxima etapa, voltada à escuta dos professores da rede municipal sobre suas experiências, percepções e desafios relacionados à identificação precoce do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e à formação continuada.

É importante ressaltar que a reestruturação do Anteprojeto de Lei nº 25/2018 teve início com base nas diretrizes da BNCC (2017), da LDB (1996) e da Lei nº 12.764/2012. A proposta está sendo reelaborada de forma integrada ao desenvolvimento da pesquisa, com o objetivo de propor uma política pública educacional fundamentada teoricamente e articulada às necessidades concretas das escolas de educação infantil.

O trabalho está em processo de desenvolvimento, com atenção ao rigor metodológico e à articulação entre os marcos teóricos e o contexto educacional local. E, por se tratar de uma pesquisa inédita no município de Sant'Ana do Livramento/RS, voltada especificamente à formação docente em letramento científico com foco na identificação precoce do TEA na Educação Infantil, este estudo apresenta potencial de contribuição significativa tanto para o campo da Educação quanto para a formulação de políticas públicas inclusivas. A proposta busca não apenas preencher lacunas formativas, mas também fortalecer o diálogo entre a pesquisa acadêmica e as demandas concretas da rede municipal de ensino.

#### 4. CONCLUSÕES

Este projeto de pesquisa propõe uma abordagem inovadora ao articular letramento científico, formação docente e políticas públicas voltadas à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. A sua originalidade está na conexão entre a prática pedagógica e a reestruturação de um anteprojeto de lei local, com base em fundamentos científicos e legais atualizados.

E, ao propor a formação de professores como eixo central para a identificação precoce do TEA, a pesquisa avança no sentido de transformar o conhecimento acadêmico em ação concreta, promovendo impactos positivos e significativos na rede municipal de ensino, pois trata-se de uma iniciativa que contribui de forma inédita para o fortalecimento de políticas intersetoriais e para a valorização da ciência como ferramenta de inclusão educacional.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos,. Disponível

em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

DAMÁSIO, A. R. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. Companhia das Letras, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRANDIN, T. **O cérebro autista: pensando através do espectro. Pensamento**. Cultrix, 2014.

LURIA, A. R. **O desenvolvimento do cérebro e as funções psíquicas**. Livros Técnicos e Científicos, 1981.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** Moderna, 2006.

RIZZATTI, I. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio: Docência em Ciências**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020.

SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. **Letramento científico e a educação básica**. Ciência & Educação, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Martins Fontes, 2007.